

A ORDEM DO SUJEITO USADO POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE FLORIANÓPOLIS¹

Sueli COSTA
(PG-UFSC)*

1. Introdução

O Português Brasileiro (doravante PB) vem passando por inúmeras mudanças em relação ao que prescreve a gramática tradicional e, dentre elas, a ordem do sujeito, predominantemente fixa. Não é raro encontrarem-se estudos mostrando que as orações com a ordem V DP² estão cada vez menos frequentes. Assim, questões envolvendo a ordem do sujeito, se pré ou pós-verbal, têm sido tema de diversos estudos que buscam investigar em que contextos a ordem não-canônica V DP ainda existe no PB.

Segundo Pontes (1986), há relação estreita entre os verbos de ligação e intransitivos e a ordem do sujeito, tais verbos admitem mais sujeitos pospostos que os demais. Além de Pontes, Berlinck (1989) também realiza alguns estudos acerca da ordem através dos quais constata a redução na frequência do uso do sujeito posposto. Para ela, existe a possibilidade de relacionar a posição do sujeito e seu *status* informacional; por isso, deve-se estar ciente quanto ao grau de ambigüidade que o texto com sujeitos pospostos pode gerar. É possível que tal ambigüidade resulte da troca de posições entre o sujeito e o objeto, na sentença; assim, se não houver cautela nesse processo de inversão, o sujeito pode ser confundido com o argumento interno. Considere-se o exemplo

(1) O homem matou o leão.

*suecost@ig.com.br

Em orações como essa, a ambigüidade se estabelece, pois tanto o homem (DP V) quanto o leão (V DP) poderiam ser o sujeito da sentença. Desse modo, torna-se limitada a possibilidade de se admitir a ordem DP V como ocorre em (1), com verbo biargumental, haja vista a possibilidade de se obter um texto ambíguo.

Além desses, compõe os estudos sobre a ordem do sujeito que foram utilizados nesta pesquisa, Coelho (2000). Segundo ela, há uma restrição sintático-semântica baseada na natureza do verbo e na relação com o seu argumento interno capaz licenciar a ordem V DP, em contextos de inacusatividade no PB.

Evidencia-se, com base nesses trabalhos, o fato de que o PB vem passando por mudanças quanto à ordem do sujeito. Segundo os resultados das pesquisas, uma ordem que se apresentava alternadamente DP V/ V DP no século XVIII, atualmente se mostra mais tendenciosa à primeira forma.

É importante ressaltar, no entanto, que os resultados das pesquisas realizadas se referem a informantes adultos. Isso fez com que minha curiosidade fosse aguçada no sentido de investigar o fenômeno da ordem do sujeito em relação a informantes que não atingiram a fase adulta. Assim, baseando-me em dados provenientes de crianças e adolescentes de Florianópolis, com idade de 10, 14 e 17 anos, busquei investigar, a partir da comparação entre os meus resultados e os dos autores supracitados, se há uma mudança em tempo aparente, ou não. Para tanto, baseei-me em três hipóteses:

- a) já que a variação da ordem DP V/ V DP está relacionada ao tipo de verbo, como outros trabalhos apontam, minha expectativa é de que os verbos inacusativos e intransitivos sejam uns dos únicos favorecedores da ordem V DP nos dados de crianças e adolescentes;
- b) o grupo de fatores idade deve servir para comprovar que informantes mais jovens têm maior tendência a utilizar a ordem

canônica DP V, como já constataram, com informantes adultos, os trabalhos de Berlinck (1997) e Coelho (2000);

- c) com relação à forma de realização do sujeito, acredita-se que os sintagmas plenos estarão mais pospostos que os pronomes, pelos critérios relacionados à referencialidade e ao tamanho do DP.

Assim, o objetivo deste trabalho será o de mostrar os resultados de uma pesquisa que, diferentemente de outras, considerou como informantes os jovens, contribuindo dessa forma com outros estudos em torno das mudanças possíveis no PB, no que tange à ordem do sujeito.

2. Posicionando o sujeito

De acordo com a maioria dos gramáticos tradicionais, a definição de sujeito está relacionada ao critério semântico, ou seja, muitos estudiosos da língua definem sujeito como o ser sobre o qual se diz algo, na oração. Esse conceito, no entanto, pode ser contestado, uma vez que a definição de *ser* acaba sendo restrita demais, não abrangendo todos os casos e, conseqüentemente, sendo falha por abster-se de referência em si mesma.

Há gramáticos, também, que se referem a sujeito como o termo sobre o qual se fazem alguma declaração e, assim, dão margem para que o leitor confunda sujeito com outros termos da sentença, como por exemplo os complementos verbais, uma vez que também se faz declarações sobre eles; confundindo nesse caso sujeito com tópico informacional.

Devido a essa dificuldade em definir sujeito, outros estudos foram surgindo e dentre eles, os que adotavam o critério sintático. Macambira (1987) foi um dos que, ao analisar sujeito sob a perspectiva morfológica, semântica e sintática, considerou importantes os três critérios, admitindo que a noção sintática de sujeito, como sintagma que concorda com o verbo, é a mais precisa.

Pontes (1986) após pesquisa em que solicitou a vários informantes que definissem sujeito, concluiu que, para eles, além de o sujeito representar o “ser que pratica a ação”, é identificado também pela concordância. Ainda segundo a autora, o reconhecimento do sujeito se faz muitas vezes mais pelo “ensaio e erro” do que pelas definições que as pessoas conhecem, provando que definir sujeito não representa uma tarefa fácil.

Ainda na tentativa de conceituar sujeito, Perini (1986) afirma que a definição mais coerente de sujeito está relacionada ao critério sintático, uma vez que depende da posição que ele ocupa na sentença e da relação de concordância que estabelece com a pessoa e número expressos pelas desinências verbais. Para ele, segundo a Doutrina Gramatical Explícita (DGE_x) – baseada na gramática tradicional – sujeito é o termo a respeito do qual se faz alguma declaração enquanto que, de acordo com a Doutrina Gramatical Implícita (DGI_m) – conhecimento implícito dos falantes a respeito da língua – sujeito é o termo da oração com o qual o verbo concorda. Para finalizar, Perini afirma que:

Sujeito é uma função, isto é, um dos aspectos da organização formal da oração. Uma função sintática se define através de relações sintagmáticas entre os diversos termos da oração: ordem das palavras, concordância, regência etc. Assim, a função de sujeito se caracteriza por certas posições na oração, e por estar em relação de concordância de pessoa e número com o verbo. (1986: 39)

Torna-se possível, assim, estabelecer a *posição* como um dos critérios para a identificação do sujeito, uma vez que, geralmente, ele aparece anteposto ao verbo (SVO), ordem considerada canônica no PB atual.

No entanto, todos sabem que esse critério, sozinho, não pode servir para a identificação do sujeito, haja vista os poucos exemplos de

orações que apresentam sujeitos pospostos ao verbo. Dessa forma, além de Perini, outros autores fizeram considerações em torno do sujeito e da posição que pode ser ocupada por ele.

Segundo Lira (1982), tanto em língua oral quanto na escrita, a maior incidência de sujeitos pospostos se dá com verbos de ligação e, principalmente, intransitivos. Para Pontes, uma razão para o sujeito aparecer posposto ao verbo é o fato de nele estar contida a informação nova³ que é dada na sentença, não sendo, portanto, o seu tópico.

Antes de Lira, alguns autores como Perlmutter (1976) afirmaram que sujeito posposto não é sujeito da oração, mas sim sujeito na estrutura subjacente com base em argumentos como ordem de palavras, falta de significado temático e movimento de quantificadores, entre outros. Para o autor, o argumento de um verbo inacusativo⁴ ao contrário do que acontece com um verbo intransitivo, é gerado na DS⁵⁵ DS = Estrutura profunda (do inglês, *Deep Structure*), na posição estrutural do objeto; é, portanto, um objeto subjacente que deixa de ser sujeito na estrutura superficial (SS).

Tal tipo de sujeito aparece após verbos como *sumir, sobrar, ficar, aparecer, acontecer, ocorrer, passar, existir*, entre outros. Esse fenômeno não é observado em se tratando de verbos do tipo *trabalhar, andare lutar* que, não importando se estão em estrutura profunda ou superficial, são considerados sujeitos. Desse modo, fica fácil compreender por que muitos trabalhos mostram que os verbos inacusativos são favorecedores da ordem V DP. Considerando-se o sujeito uma posição canonicamente ocupada antes do verbo e que, com verbos inacusativos, o sujeito é gerado em uma posição na sentença que seria a de objeto (após o verbo, portanto), o sujeito acaba por não migrar para sua posição pré-verbal mantendo, assim, a ordem na qual foi originado.

Levando em consideração a ordem do sujeito no PB, Berlinck (1989) mostra, diacronicamente, através da análise dos resultados de sua pesquisa que, à medida que se toma por base o *corpus* sincrônico, há redução na frequência de sujeitos pospostos. Segundo a autora, a possibilidade de o DP aparecer após o verbo aumenta na mesma proporção

que o grau de novidade que ele representa; porém, quando se trata de corpus sincrônico, o que se observa é que a frequência de V DP foi maior nos contextos “menos transitivos”, enquanto que nos “mais transitivos” houve menor número de ocorrências. Além disso, segundo Berlinck, deve ser levado em conta o grau de ambigüidade que a sentença pode apresentar; por isso, os verbos com mais de um argumento não favorecem a ordem V DP, pois há possibilidade de gerarem uma colisão de traços ao serem confundidos sujeito e objeto.

Soma-se a esses o estudo realizado por Coelho (2000), segundo o qual existe uma restrição sintático-semântica representada pela natureza do verbo e estabelecida, principalmente, pela relação entre verbo e argumento interno. Para ela, além de a ordem posposta estar relacionada ao tipo de verbo e os verbos monoargumentais - especialmente os inacusativos - serem os que licenciam a posposição no PB, ela está associada a questões semânticas marcadas por traços [- definido] e [+/- específico], nos contextos de inacusatividade.

Assim, Coelho mostra que a monoargumentalidade não é uma restrição suficiente para explicar a ordem V DP e que somente os verbos inacusativos admitem sentenças nessa ordem. A autora conclui afirmando que as ordens DP V e V DP não constituem um caso de variação porque os tipos de verbos e traços de definitude são restrições ligadas às diferentes ordens, indicando complementaridade entre contextos (in)transitivos de um lado e inacusativos, de outro.

3. Embasamento teórico

Ao longo deste trabalho, foram abordados aspectos referentes à teoria Chomskyana com seu modelo de princípios e parâmetros e às teorias de mudança propostas por Labov (1972; 1978; 1982; 1994) e Lightfoot (1979).

Segundo Chomsky e a teoria dos princípios e parâmetros, todas as línguas possuem princípios (invariáveis, portanto) e parâmetros que são responsáveis por diversas diferenças entre as línguas. Assim, enquanto

os parâmetros diferenciam as línguas em termos de valores positivos ou negativos a cada língua, os princípios estabelecem o que é próprio a todas as línguas ou não.

Em se tratando de mudança lingüística, Labov defende uma teoria de mudança cujos princípios baseiam-se no fato de a mudança não ser meramente o resultado de um processo, mas um processo em si, o que faz com que se tenha contato com o caráter heterogêneo da língua. Além do mais, segundo Labov, os processos de mudança estão sujeitos a estímulos e restrições da sociedade e da estrutura da língua, levando-se em conta seu componente social.

Por outro lado, Lightfoot estabelece uma relação entre processos de mudança e aquisição da língua. Para ele, durante tais processos é necessário que seja respeitado o Princípio da Transparência, que tem como função controlar as etapas do processo para que a mudança não atribua à língua um grau de opacidade muito alto a ponto de prejudicar a compreensão do enunciado.

Assim, é necessário levar em conta a importância da união do gerativismo com a sociolingüística através dos estudos sobre sujeito no PB, realizados sob a ótica da paramétrica. Ambos, gerativismo e sociolingüística, complementam-se, uma vez que a partir da união entre eles a língua passa a ser compreendida como um componente da sociedade e não como um mero conjunto de regras sendo capaz, então, de provocar mudanças e de se modificar.

4. A pesquisa

Os resultados probabilísticos que apresento a seguir tiveram origem na coleta de dados obtidos a partir de textos orais e escritos produzidos por estudantes de 10, 14 e 17 anos, cursando, respectivamente, a 4^ª e 8^ª série do Ensino Fundamental e a 3^ª série do Ensino Médio, em Florianópolis, diferentemente de pesquisas realizadas por Berlinck (1989), Lira (1992) e Coelho (2000), em que os informantes eram adultos.

Junto aos informantes, doze no total, realizei entrevista e pedi que descrevessem alguém ou algum lugar de que gostassem, que narrassem um fato acontecido com eles, que contassem uma história que ouviram de alguém, que explicassem como se faz algo e, por fim, que opinassem a respeito de algum assunto. Assim obtive, de cada informante, um texto oral que seria mais tarde comparado com o texto escrito por eles⁶.

Considerando como variável dependente a ordem do sujeito, procurei observar até que ponto os resultados encontrados por Coelho (2000) a partir de informantes florianopolitanos adultos, são aplicáveis aos resultados fornecidos por jovens, verificando quais contextos ainda favorecem a ordem V DP no PB.

Dentre os grupos de fatores lingüísticos que foram analisados (tipo de texto, modalidade de texto, forma de realização do sujeito, pessoa do discurso, estrutura sintática da oração onde se encontra o sujeito, tipo de verbo e traços de animacidade do sujeito), apenas foram selecionados como relevantes, pelo programa estatístico VARBRUL, o tipo de verbo e a forma de realização do sujeito. Já quanto aos grupos de fatores sociais analisados (sexo e faixa etária/ escolaridade), somente a faixa etária foi considerada relevante. Então, por ordem de significância, foram selecionados os seguintes fatores:

- 1ª) tipo de verbo;
- 2ª) faixa etária/ escolaridade e
- 3ª) forma de realização do sujeito.

5. Apresentando resultados

Com relação ao grupo de fatores tipo de verbo, a análise dos resultados apontou para os seguintes números:

TIPO DE VERBO	APL. / TOTAL	%	PR
Inacusativo	23 / 538	4	.69
Intransitivo	1 / 284	0	.19
Total	24 / 822		

Tabela 01: Freqüência e probabilidade de ocorrência da ordem V DP segundo o grupo de fatores tipo de verbo.

Apesar das poucas ocorrências de ordem V DP, mostradas na tabela 01, constata-se a forte relação entre a inacusatividade do verbo e a ordem posposta, uma vez que essa ordem ocorreu quase que exclusivamente com verbos inacusativos, como nos exemplos:

- (2) a. ...saiu eu, meus amigos, minha irmã e o namorado dela.
 b. e de repente, passaram-se anos.
 c. Lá aconteceu algo engraçado.

A não ocorrência de ordem V DP com verbos transitivos nos remete à discussão feita por Berlinck (1989), segundo a qual sentenças com verbos transitivos e com sujeitos pospostos podem gerar ambigüidade no enunciado, a partir do momento em que poderiam ser confundidos sujeito e objeto da oração, como em (3).

- (3) Isto sustenta a união./ A união sustenta isto.

Já o pouco número de sentenças V DP com verbos intransitivos, pode ser explicado a partir da hipótese de Chomsky 1995 (*apud* Nascimento, 2002) de que os intransitivos contêm resquícios dos verbos transitivos que os originaram, uma vez que a intransitividade resulta da incorporação do objeto ao verbo.

Como segundo fator mais importante para o condicionamento da ordem V DP no PB, o programa VARBRUL selecionou a faixa etária/escolaridade⁷, para o qual registrou os seguintes resultados:

FAIXA ETÁRIA/ ESCOLARIDADE	APL. TOTAL	%	PR
17 anos (3 ^a EM)	14 / 492	3	0.69
14 anos (8 ^a EF)	7 / 720	1	0.42
10 anos (4 ^a EF)	3 / 392	1	0.38
Total	24 / 1604		

Tabela 02: Freqüência e probabilidade de ocorrência de ordem V DP segundo o grupo de fatores *faixa etária/escolaridade*.

Conforme os resultados apresentados, é possível afirmar que os informantes mais velhos são mais propensos à realização de sujeitos pospostos do que os mais jovens. Isso nos mostra que, como há tendência de diminuição do uso da ordem posposta com o decréscimo da faixa etária, podemos estar diante de um processo de mudança em tempo aparente⁸, uma vez que, no caso do PB de Florianópolis, as pessoas mais jovens estão utilizando cada vez mais a ordem canônica DP V, deixando de lado a posposição.

O terceiro e último grupo de fatores que foi selecionado pelo programa VARBRUL para análise da ordem foi a forma de realização do sujeito. Na tabela a seguir, estão representados os resultados encontrados após a rodada estatística:

FORMA DE REALIZAÇÃO DO SUJEITO	APL. / TOTAL	%	PR
Sintagma pleno	18 / 385	5	0.72
Pronomes indefinidos ⁹	Jan-34	3	0.59
Outros pronomes ¹⁰	5 / 543	1	0.34
Total	24 / 962		

Tabela 03: Frequência e probabilidade de ocorrência da ordem V DP segundo o grupo de fatores forma de realização do sujeito.

Os resultados mostram que, além do tipo de verbo e da faixa etária/escolaridade, outro grupo de fatores importante no condicionamento da ordem V DP é a forma de realização do sujeito, apresentando como mais significativa a existência de sintagmas plenos, enquanto que o uso de pronomes parece desfavorecer essa ordem. Da mesma forma, estudos realizados por Berlinck (1989), considerando os séculos XVIII e XIX a respeito da ordem, também já apontavam para a importância do estatuto informacional do sujeito. Tal fato pode ser explicado a partir do momento em que se sabe que deve existir uma preocupação do emissor em dar condições para que o ouvinte ou leitor

compreenda seu enunciado. Portanto, o grau de informatividade de um sintagma pleno, por ser maior em relação ao de um pronome e evitar, em alguns casos sentenças ambíguas, pode ser o responsável pelo maior número de ocorrências de sujeito em ordem V DP. Dessa maneira, enquanto os sintagmas plenos favorecem a ordem inversa por conterem um estatuto informacional mais amplo, o uso de pronome, que geralmente constitui uma informação velha (um termo anafórico ou dêitico), deve ser um contexto propício à ordem direta.

6. Considerações Finais

A análise dos dados mostrou que a ordem V DP é favorecida na mesma proporção que diminui a transitividade dos verbos, como mostrou a tabela 01. Esse resultado veio ao encontro daqueles obtidos a partir de informantes adultos, conforme os estudos realizados por Berlinck (1989) em que ela observou, em relação ao século XX, uma maior probabilidade de ocorrência de ordem V DP com verbos menos transitivos e Coelho (2000) que concluiu ser a intransitividade um dos fatores responsáveis pela presença, ainda, de sujeitos pospostos no PB.

Além disso, quanto ao fator faixa etária, Coelho (2000) concluiu que, segundo os dados analisados por ela, não havia mudança em tempo aparente quanto à ordem do sujeito no PB, pois na segunda faixa etária analisada (42 a 50 anos) houve aumento do percentual de uso da ordem V DP, em relação à primeira faixa (25 a 39 anos). Para Coelho (2000), no entanto, se fosse investigada uma faixa etária mais jovem, essas diferenças poderiam ser mais significativas, o que se pôde constatar na tabela 02, que mostrou um decréscimo no percentual de uso da ordem VDP entre jovens e crianças. É possível visualizar, portanto, uma mudança em tempo aparente, comparando-se os resultados obtidos por Coelho (2000) a partir de dados referentes a informantes adultos com aqueles da tabela 02, no seguinte gráfico:

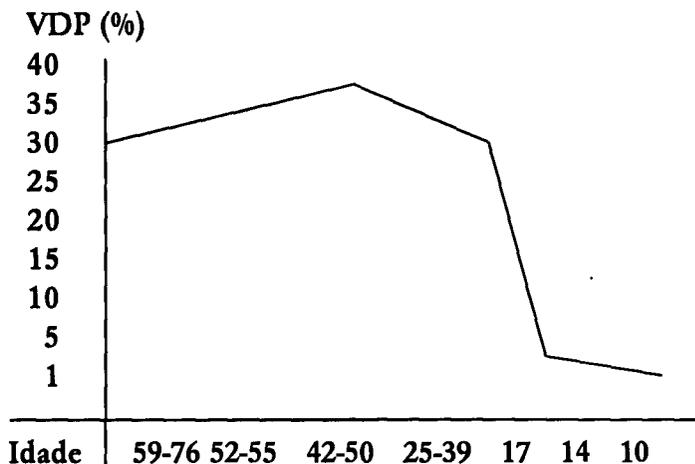


Gráfico 01: Percentual de uso da ordem V DP segundo o grupo de fatores faixa etária

Desse modo, fica clara a mudança em tempo aparente em que a ordem posposta do sujeito fica restrita a poucos contextos, uma vez que o percentual de ocorrência de ordem VDP ficou reduzido a praticamente zero, com a diminuição da idade dos informantes. É importante, também, lembrar a teoria de Lightfoot, segundo a qual as crianças são a origem da mudança lingüística, uma vez que ao serem expostas a diferentes contextos lingüísticos, acabam por adquirir a “nova forma”. Assim sendo, é possível afirmar que, em se tratando de ordem do sujeito, os jovens estão “puxando” um processo de mudança lingüística em torno da posição do sujeito no PB.

Referências Bibliográficas

BERLINCK, R. de A. *A ordem V SN no Português do Brasil: sincronia e diacronia*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP. UNICAMP, 1988.

_____. “A construção V SN no Português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem” IN: Tarallo, F. (org.) *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas, Pontes, 1989.

_____. “Nem tudo que é posposto é novo: estatuto informacional do SN e posição do sujeito em Português”. *Revista Alfa*, São Paulo, 1997.

CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht, Foris, 1981.

COELHO, Izete L. *A ordem VDP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC, 2000.

_____. O caráter da posposição em construções monoargumentais no português falado em Florianópolis. *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Aveiro, Portugal, 1988.

LABOV, W. *Sociolinguistics patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. “Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera.” *Working Papers in Sociolinguistics*, 44. Austin: Southwest Educational Development Laboratory, 1978.

_____. “Building on empirical foundations”. In: Winfred P. Lehmann & Yakov Malkiel (eds.) *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982.

_____. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

LAVANDERA, B. R. “Where does the sociolinguistic variable stop?” *Language in society*. Great Britain, 1977.

LIGHTFOOT, D. W. “A theory of change”. *Principles of diachronic syntax*. Cambridge University Press, 1979.

LIRA, S. de A. *The subject in Brazilian Portuguese*. Nova York, Peter Lang, 1996.

MACAMBIRA, José Rebouças *A estrutura morfo-sintática do português*. São Paulo: Pioneira, 1987.

NASCIMENTO, S. H. L. do. *Inacusatividade no português do Brasil*. Tese de Doutorado, UFSC, 2002.

PERINI, M. A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1998.

PERLMUTTER, D. "Evidence for subject downgrading in Portuguese" In: J. Schmidt Radefeldt. *Readings in portuguese linguistics*. Amsterdam, North-Holland Publishing Company, 1976.

PONTES, Eunice S. L. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática, 1986.

Notas

¹ Este artigo retoma parte de minha Dissertação de Mestrado, intitulada *O sujeito usado por crianças e adolescentes de Florianópolis: um estudo da ordem e do preenchimento*, desenvolvida sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Izete Lehmukuhl Coelho e defendida na UFSC, em 2003.

² DP (do inglês *Determiner Phrase*) refere-se a sintagma nominal.

³ Segundo a autora, de acordo com o ensinamento da escola de Praga, há um princípio pelo qual a informação nova vem no fim da sentença: o sujeito posposto vem no fim da sentença porque ele não é tópico, e sim carrega a informação nova.

⁴ Dentre os verbos monoargumentais, além dos intransitivos, há aqueles chamados inacusativos. Perlmutter (1976) foi o primeiro a tratar dessa classe de verbos, dentro da Gramática Relacional. Além dele, Burzio (1986) foi quem introduziu o conceito de inacusatividade no modelo de Princípios e Parâmetros. Baseado nos critérios de Chomsky (1981), Burzio explica que os verbos passivos, assim como outros como *chegar*, *faltar* e *acontecer* são semelhantes e não têm a capacidade de atribuir Caso acusativo. Propõe, então, a chamada Generalização de Burzio "um verbo atribui uma função temática externa se e somente se atribui Caso acusativo". Assim, fica esclarecida a diferença entre os verbos: os transitivos (e quiçá os intransitivos) que atribuem caso acusativo, enquanto que os inacusativos, não.

⁵ DS = Estrutura profunda (do inglês, *Deep Structure*)

SS = Estrutura superficial do inglês, *Superficial Structure*)

⁶ Adotei a metodologia utilizada pelo grupo “Discurso e Gramática”, do Rio de Janeiro, para coletar os dados que analisei durante esta pesquisa.

⁷ Nesta pesquisa, o fator faixa etária está relacionado à escolaridade, da seguinte maneira:

10 anos

– 4ª série do Ensino Fundamental

14 anos

– 8ª série do Ensino Fundamental

17 anos

– 3ª série do Ensino Médio

⁸ O que poderia ser confirmado considerando-se informantes maiores de 17 anos e os diferentes tipos de amostras.

⁹ Apesar de ter sido uma das formas apontadas como relevantes na ocorrência de sujeitos pospostos, é necessário que se leve em conta o reduzido número de dados com esse tipo de pronome.

¹⁰ Devido ao pequeno número de ocorrência desses pronomes, amalgamaram-se, dentro da categoria “outros pronomes”, todos os tipos de pronomes, exceto os indefinidos.